

Grupo: Carolina F. Carcaioli, Felipe Coletto, Lucas Moraes e Vitória Leão.

Resumo aperfeiçoado com contribuições dos grupos e do professor

Texto: Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa - Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer

Quais tipos de debates do pós-guerra em torno da democracia foram superados no final do século XX? Qual o problema que toma o lugar nestes debates e qual sua resposta mais influente?

Quais são as características da concepção hegemônica de democracia na segunda metade do século XX? Quais questões e críticas podem ser elaboradas frente a esta concepção?

Como pode ser interpretado o problema da democracia nas concepções não hegemônicas de democracia e quais são as consequências para o debate democrático?

No final do século XX foram superados debates em torno da desejabilidade da democracia, das questões estruturais que asseguram uma democracia (Moore, 1966) e também da compatibilidade ou incompatibilidade entre a democracia e o capitalismo (Wood, 1996).

O debate sobre as questões estruturais girou em torno notadamente do papel do Estado no processo de modernização associado à distribuição fundiária (Moore, 1966). No que se refere ao debate em torno de uma suposta oposição entre capitalismo e democracia no contexto da Guerra Fria, o antagonismo entre teorias liberais e teorias marxistas levava a considerar uma tensão entre capitalismo e democracia. Para os primeiros, o alcance da democracia poderia ocorrer com a imposição de limites à propriedade privada e com a geração de ganhos distributivos para os setores sociais marginalizados. Enquanto para os marxistas, não era possível democratizar a relação fundamental de produção material em uma sociedade capitalista, aquela entre capital e trabalho. A partir disso, se discutiam modelos alternativos à democracia liberal em países do leste europeu e recém-independentes. Com a queda do Muro de Berlim, tal debate foi perdendo importância, o que favoreceu a extensão do modelo hegemônico, liberal, que progredia desde os anos 70, alterando o foco da discussão sobre a democracia, em particular para os chamados países em desenvolvimento ou países do Sul.

O problema da forma da democracia e da sua variação toma lugar central neste debate, sendo sua resposta mais influente a solução elitista, proposta por Joseph Schumpeter (1961). Esta solução aponta que o problema da construção democrática em geral deveria ser derivado dos problemas enfrentados na construção da democracia na Europa no

período entre guerras. A concepção de uma contradição entre mobilização e institucionalização leva a uma postura desfavorável à participação do cidadão, a eleição sendo no final das contas o único momento de participação política.

As características da concepção hegemônica de democracia no pós-guerra se referem a uma via que leva do pluralismo valorativo à redução da soberania. Ao longo da segunda metade do século XX, a discussão sobre complexidade e inevitabilidade da burocracia (Weber, 1994) foi-se fortalecendo a mesma medida em que as funções do Estado também foram crescendo com a instituição do *welfare state* nos países europeus, representando uma menor participação social.

Contra essa concepção, foram levantadas críticas sobre a forma cética da capacidade das formas burocráticas de gestão lidarem com a criatividade e absorverem o conjunto de informações envolvidas na gestão pública. Estas críticas levantam também questões sobre autorização, que diz respeito à relação entre representantes e representados para expressar a pluralidade de opiniões de toda a sociedade. A solução elitista é limitada igualmente para responder à prestação de contas e à representação de múltiplas identidades. Desse modo, chegamos a um terceiro limite da teoria democrática hegemônica: a dificuldade de representar agendas e identidades específicas.

No campo da democracia não hegemônica, o problema da democracia está estreitamente ligado ao reconhecimento de que a democracia não constitui um mero acidente ou uma simples obra de engenharia institucional. Trata-se de perceber que a democracia é uma forma sócio-histórica e que tais formas não são determinadas por quaisquer tipos de leis naturais. A democracia implica na ruptura com as tradições estabelecidas e a tentativa de instituição de novas determinações, novas normas e novas leis, o que abre espaço para o reconhecimento do papel dos movimentos sociais que carregam fortes e inovadoras questões e iniciativas.

As consequências para o debate democrático dizem respeito à capacidade de incluir as inovações e criatividade dos movimentos sociais como fermento democratizante. Trata-se de inserir novos atores na cena política e instaurar uma nova gramática social. Ao estender esse debate, três questões importantes emergem na agenda da discussão sobre democracia:

Em primeiro lugar, recolocou-se no debate democrático a questão da relação entre procedimento e participação social. Apresentando o problema da constituição de uma nova gramática social, trata-se de refletir sobre uma nova forma de relação entre Estado e Sociedade, transformando o Estado em um novíssimo movimento social (Santos, 1998).

Em segundo lugar, o aumento da participação social implica em questionar os limites participativos da grande escala no interior do debate democrático. Assim, concebe-se uma nova determinação política baseada na criatividade dos atores sociais.

Em terceiro lugar, coloca-se o problema da relação entre representação e diversidade cultural e social. Os setores sociais menos favorecidos e as etnias minoritárias não conseguem que seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos. O procedimentalismo democrático não pode ser um método de autorização de governos, deve ser uma forma de exercício coletivo do poder político cuja base seja um processo livre de apresentação de razões entre iguais. A democracia participativa é considerada como um dos grandes campos sociais e políticos, onde está sendo reinventada a emancipação social, permitindo aperfeiçoar a democracia representativa.

Bibliografia

MOORE Jr, Barrington (1993), *As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, São Paulo: Martins Fontes.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1998), *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva.

SCHUMPETER, Joseph (1961), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

WEBER, Max (1994), *Economia e Sociedade*, Brasília: Editora da UnB

WOOD, E. M. (1996) *Democracy against capitalism*, Cambridge University Press